

Cabo Verde na encruzilhada atlântica

Fátima Monteiro

«As ilhas de Cabo Verde possuíam (e possuem) uma economia pouco ou nada diversificada e extremamente pobre; são áridas, as terras aráveis são escassas, desprovidas de vegetação de tipo arbóreo. Umas possuem um sistema orográfico de acentuado relevo, com vales profundos, onde se situam as ribeiras e terras húmidas (Santiago, Santo Antão, São Nicolau e um pouco do Fogo). Outras são planas, formadas por autênticos areais, particularmente improdutivos (Maio, Sal e Boavista). As camadas do solo aproveitáveis são pouco extensas e de fraca espessura. A degradação das terras é notória. O clima é tropical, muito instável, em teoria com as clássicas duas estações anuais: a seca e a das chuvas. A pluviosidade é reduzida e irregular. Em consequência as estiagens são frequentes e prolongadas, a bem dizer cíclicas (de 5 em 5 anos, de 7 em 7 anos e mais); ou as precipitações irregulares, extemporâneas, anulam a germinação e o desenvolvimento das plantas e a produção de géneros de sustentação decai e, desse modo, as carências alimentares tornam-se graves»

Carreira: 36

As condicionantes geoclimáticas tão vividamente descritas por António Carreira nesta passagem inserida como epígrafe determinaram fortemente o curso da história de Cabo Verde, seja no seu período mais remoto, seja num período mais moderno. Por isso, desde o povoamento, iniciado pouco depois do achamento na segunda metade do século XV, os habitantes das ilhas e seus governantes directos foram, como continuam sendo, protagonistas de uma epopeia que tem como *leitmotiv* a busca de ancoragens continentais e parcerias estratégicas com os seus vizinhos próximos (África), periféricos (Europa) e longínquos (Estados Unidos da América), no contexto fronteiriço do Atlântico.

Entre os séculos XV e XVIII, Cabo Verde subsistiu em grande medida devido ao que se poderá considerar uma ancoragem repartida entre a África ocidental (designadamente a costa da Guiné ocupada pelos portugueses), as Américas e a Europa ibérica, sendo placa giratória do comércio de escravos entre esses pontos. De meados do século XIX ao final do primeiro quartel do século XX, os cabo-verdianos procuraram a ancoragem na América do Norte, mais especificamente nos Estados Unidos, por meio da emigração. Procuraram depois de novo, a partir do segundo quartel do século XX, a terra firme de África, inicialmente através da emigração para o Senegal e Angola, depois através da luta pela independência em solo guineense e na projectada Unidade Guiné-Cabo Verde. Entre os anos 60 e a independência, em 1975, Cabo Verde buscou ainda a Europa, desta vez uma Europa tanto ibérica como transibérica, busca também neste caso de iniciativa fundamentalmente emigratória (para Portugal, França, Holanda, Luxemburgo). Finalmente, no período pós-

independência, os governantes cabo-verdianos procuraram ancoragens e parcerias múltiplas e simultâneas, embora com uma vinculação política e cultural mais explicitamente assumida com África, por herança da luta de libertação e dos ideais de Amílcar Cabral.

A questão que se levanta no momento, e que visivelmente vem sendo ponderada pelas autoridades cabo-verdianas é: E agora, que outras ancoragens e parcerias se justificam? Ou, de forma menos economicista e política e mais existencial, quais as opções que se apresentam a Cabo Verde como nação e sociedade neste limiar do século XXI?

Séculos XV-XVIII: plataforma atlântica, escravatura e mestiçagem

Pesem embora algumas argumentações em contrário, é consensualmente aceite que as ilhas de Cabo Verde eram desabitadas à data da chegada dos navegadores portugueses e genoveses. Estes encontraram, em 1460, por alturas do Paralelo 14, um arquipélago que, ainda que caracterizado pelos condicionalismos de ordem geológica e climática referidos anteriormente, gozava, a vários níveis, de uma localização estrategicamente privilegiada. Não só ficava suficientemente a norte no Atlântico para servir como antecâmara comercial da Europa na África além mediterrânica, sem que fosse necessário incorrer nos riscos associados ao estabelecimento de entrepostos permanentes no subcontinente negro, como ficava suficientemente a sul para também servir como ponto de escala nas explorações oceânicas com vista às especiarias da Índia através do contorno do Cabo Fim. Quer a Madeira quer São Tomé estavam longe de preencher os requisitos necessários nesse sentido.

Daí a preocupação da Coroa em dar início quase imediato ao povoamento de Cabo Verde (como fica consignado na Carta Régia de 1466), começando pela ilha com condições mais propícias, a de Santiago. Através da ilha de Santiago, em particular, Cabo Verde converteu-se, durante e após a abolição do tráfico de escravos, na plataforma comercial do Atlântico por excelência, sendo ponto de intersecção das rotas da navegação marítima que, partindo da Europa, conduziam ao Índico e às Américas e, no regresso, à mesma Europa.

A fase mais expansiva da economia do arquipélago nesse período remoto da sua História ocorre durante o primeiro século de ocupação (1460-1560), século ao longo do qual os colonos beneficiariam dum estatuto de exclusividade no que toca ao resgate de produtos na costa da Guiné¹. A descoberta das Antilhas e do continente americano, no virar do século XV, provoca uma intensificação dessa expansão, cabendo nela ao tráfico de escravos um lugar preponderante. É nessa sequência que a ilha de Santiago se converte na grande placa giratória de mão-de-obra escrava do Atlântico médio².

Entretanto a concorrência pelo domínio dos mares e mercados, introduzida pela Inglaterra e a que mais tarde se juntaram as restantes potências imperiais europeias (França, Holanda, Bélgica), acaba por retirar a posição de vantagem a Portugal e Espanha e torna inevitável o

¹ *História Geral de Cabo Verde*, vol. I, 4.

² *Idem*.

declínio de Cabo Verde. Tratou-se de um processo que iria prolongar-se por mais de dois séculos, do qual António Carreira nos dá também conta, de novo de forma vívida:

«A partir de 1654, toda a correspondência de Cabo Verde com a Corte gira à volta da falta de moeda em circulação (...), da deplorável queda dos negócios, das desinteligências entre as autoridades locais e o clero, as classes dominantes, e o próprio povo, do desinteresse dos reinóis pelo comércio com o arquipélago. A saca para o exterior do dinheiro (em ouro e prata) pelos navios de comércio e pelos próprios moradores em debandada, para não empobrecerem ainda mais, é focada pelos Governadores, Ouvidores Gerais, Câmara e povo, mais acentuadamente entre 1677 e 1800» (idem, 43).

No que respeita à formação da sociedade cabo-verdiana, ela dá-se a partir de dois grupos humanos distintos: o branco europeu, fundamentalmente português e masculino, e o negro africano, de origem étnica diversificada³. Entre os oriundos da Europa encontrava-se ainda um número significativo, conquanto substancialmente minoritário, de castelhanos e judeus, sendo os primeiros os principais compradores de escravos com destino às Antilhas. Uma vez que se encontravam impedidos de abastecer directamente no continente em consequência dos acordos entre Portugal e Espanha, mantinham poiso na ilha. A mulher negra figura neste cenário social fundacional como parceira quer do negro, quer do branco, do que resulta desde cedo o aparecimento de uma população mestiça nas ilhas⁴.

É defendido que a escravidão em Cabo Verde terá sido essencialmente doméstica, dada a pequena dimensão do espaço partilhado e a proximidade física entre o senhor e o escravo.⁵ Seja ou não este um entendimento rigoroso, o certo é que houve factores propiciadores duma rápida mestiçagem biológica e cultural, dos quais a fragmentação étnica dos africanos e o reduzido número de mulheres europeias terão sido os mais decisivos. Não terá sido também de pouca relevância para a aculturação, no caso do africano, o facto de os influxos de novos escravos ser esporádico e em número reduzido, sendo que o grosso dos que entravam nas ilhas era destinado à reexportação.

Assim, poderá ser aceite sem grande contestação o entendimento também de que a cultura africana tenha sido a que sofreu uma descaracterização mais profunda⁶, particularmente se considerarmos o gigantesco défice de poder por parte do africano, e a força, além do mais, da doutrinação católica sobre o escravo. O mesmo não será dizer que muitos dos mecanismos psíquicos que nos permitem uma visão estruturante da realidade não tenham permanecido intactos. Por exemplo, tem sido referido que uma das grandes dificuldades com que se deparavam os evangelizadores era a de introduzir entre os escravos africanos a noção de pecado⁷, tal como concebido pelo cristianismo, uma noção ausente nas religiões animistas.

³ Idem, 148.

⁴ Idem, 152.

⁵ Idem, 161.

⁶ Idem, 175.

⁷ Idem, 491.

Seja como for, um entendimento mais científico do contributo das culturas africanas e suas variantes étnicas para a cultura cabo-verdiana poderá eventualmente ser desenvolvida através do aprofundamento do estudo do crioulo de Cabo Verde, aceitando-se o argumento avançado por algumas vertentes da linguística de que uma das melhores fontes de acesso às origens culturais dos povos se encontra na gramática da sua língua, sendo ela uma das principais depositárias de arquétipos e cosmovisões.

Séculos XIX-XX: emigração, nativismo e nacionalismo

Com a abolição da escravatura e dos morgadios na segunda metade do século XIX, Cabo Verde iria sofrer transformações de monta no que respeita à sua estrutura social e económica. A abolição do morgadio surgirá como consequência natural da abolição da escravatura, dada a dificuldade de, a partir de então, ser angariada mão-de-obra em quantidade suficiente para o trabalho de lavoura em propriedades de maior dimensão⁸.

Ao nível da estrutura social, as consequências mais directas serão a redução acentuada, por um lado, do número de europeus em Cabo Verde, e o crescimento, por outro, dos «brancos da terra», em regra o mestiço cujo nível económico e social se elevará ao herdar bens e terras do pai europeu⁹. Ao mesmo tempo, a emigração para os Estados Unidos e a consequente melhoria das condições de vida, tanto do emigrante como da família que permanecia em Cabo Verde, trazem também consigo a elevação sócio-económica de uma franja significativa da população.

O impacto da emigração para a América é sentido, deve salientar-se, não só de um ponto de vista social e económico. Ele faz-se sentir igualmente ao nível da cultura e dos valores, já que aquele que partia regressava mais letrado e cosmopolita do que saíra, e trazia consigo, além do mais, os paradigmas culturais e políticos de um país rico e desenvolvido. A este respeito valerá a pena citar o que é dito a dado passo da História Geral de Cabo Verde:

«A entrada precoce (e independente de qualquer intervenção portuguesa) dos cabo-verdianos na modernidade e na economia capitalista através do seu ingresso nas tripulações dos navios baleeiros americanos (...) leva-os a abandonar a sua condição colonial em proveito da aventura marítima. (...) Os cabo-verdianos não se familiarizariam somente com o regime do salariado, mas teriam ainda a oportunidade de se confrontar com a pujança e com os valores de funcionamento da economia capitalista norte-americana, de se fascinar com a sua sociedade de consumo, e de absorver os valores da sua cultura política e administrativa.»¹⁰.

Além disso, a primeira grande vaga migratória de cabo-verdianos para os Estados Unidos coincide, sensivelmente, com a mudança de regime e a vitória dos liberais em Portugal e com a introdução da imprensa em Cabo Verde. Vários dos intelectuais cabo-verdianos da época aproveitariam a abertura política então verificada para expressar os seus ideais

⁸ Guimarães, 77.

⁹ Idem, 78.

nativistas e republicanos, resultantes não só do descontentamento em relação ao abandono votado pelo antigo regime a Cabo Verde, mas resultantes ainda da sua experiência política americana.

Em 1842 é criado o *Boletim Oficial de Cabo Verde*. Outros órgãos de imprensa seguem-se algumas décadas depois, como é o caso de *Independência* (1877), *O Correio de Cabo Verde* (1879), *O Eco de Cabo Verde* (1880) e *A Justiça* (1881)¹¹. Entre os intelectuais mais destacados, e cujas intervenções públicas marcaram uma época, encontram-se Pedro Monteiro Cardoso e Eugénio Tavares. Quer um quer o outro, além de nativistas, foram profundamente influenciados pelo panafricanismo, movimento difundido a partir dos Estados Unidos sob impulso de intelectuais negros americanos como W.E.B. Dubois e outros.

A continuação, ao longo do período liberal e da I República, de práticas discriminatórias pelo governo de Lisboa, como por exemplo a preferência dada a metropolitanos no preenchimento de quadros administrativos na colónia, acabou por promover e radicalizar o nativismo cabo-verdiano. Em determinada altura chegou mesmo a defender-se, abertamente, a independência. Luís Loff de Vasconcelos e o Dr. Oliveira, dois intelectuais sanvicentinos, estiveram em vias de dar ao prelo um jornal sintomaticamente intitulado *Autonomista*. Embora malgrado, o projecto mereceu enquanto iniciativa o forte aplauso de Eugénio Tavares, entretanto exilado nos Estados Unidos para fugir a perseguições políticas no arquipélago. Em New Bedford, onde se encontrava, Eugénio Tavares editava ele próprio o jornal *Alvorada*, em cujas páginas não se coibiu de afirmar, justificando a justeza da vontade de autonomia dos cabo-verdianos: «Portugueses irmãos sim; portugueses escravos, nunca; havemos de ter o nosso Monroe: a África para os Africanos.»¹².

O final da I República traz consigo a intensificação da acção anti-nativista e a censura, que se instala a partir de 1926 com a ditadura. A partir daí o carácter do nativismo cabo-verdiano transforma-se, para reemergir uma década depois com uma face mais moderada, a face regionalista. O marco inicial mais visível do movimento regionalista em Cabo Verde encontra-se no lançamento, em 1936, da revista *Claridade*, que com maior ou menor periodicidade irá durar até 1966. Preservando muitos dos valores do nativismo, os claridosos defenderiam a existência inequívoca de uma identidade cabo-verdiana diversa da portuguesa¹³. Outros movimentos de afirmação cultural e identitária surgiriam paralelamente à *Claridade*, sem que tivesse havido com ela uma ruptura substantiva. Antes, verificou-se uma radicalização de carácter eminentemente político e ideológico, em sintonia, aliás, com as transformações ocorridas um pouco por todo o mundo sob domínio colonial.

É neste contexto que, a partir de finais dos anos 50, Amílcar Cabral projecta a luta armada para a independência da Guiné e Cabo Verde. Amílcar Cabral demarcar-se-ia, no entanto, da maioria dos intelectuais cabo-verdianos da sua geração e da geração claridosa, ao sustentar

¹⁰ Idem, 120.

¹¹ Idem, 87-88.

¹² Idem, 93.

¹³ Idem, 119.

que a situação de Cabo Verde era inteiramente equiparável à das restantes colónias portuguesas em África. Amílcar Cabral argumentaria que, fosse de um ponto de vista geográfico, fosse de um ponto de vista cultural ou humano, Cabo Verde era parte integrante da África negra, argumento que desenvolveria até às últimas consequências numa perspectiva doutrinária. Esse argumento serviria como base de sustentação do projecto de Unidade entre a Guiné e Cabo Verde¹⁴.

Pós-independência e opções para o século XXI

João Estêvão nota, em «O Desenvolvimento de Cabo Verde e o Modelo de Integração Económica Internacional»,¹⁵ que ao ascender à independência política em 1975, Cabo Verde vivia um modelo económico herdado ao século XIX que incluía três elementos fundamentais: os serviços, a emigração e a integração no espaço imperial português. Qualquer desses três elementos eram marcados por um traço saliente comum, diz Estêvão, o de estarem direccionados para o fornecimento de mão-de-obra, fosse para o espaço económico português, com a deslocação para as restantes colónias de quadros administrativos cabo-verdianos, fosse para fora desse espaço, através da emigração. No que respeita aos serviços em Cabo Verde propriamente dito, o sector desenvolve-se em grande medida como consequência do surgimento da navegação a vapor, que permite ao arquipélago recuperar (desta vez através da ilha de São Vicente em cujo porto os navios que atravessavam o Atlântico reabasteciam de carvão), a importância estratégica que fora perdendo gradualmente entre meados do século XVII e meados do século XIX.

Este esquema de funcionamento económico, que fazia Cabo Verde depender grandemente das remessas dos seus emigrantes e das transferências provenientes da metrópole (política introduzida a partir dos anos 60), acabou por ser reproduzido depois da independência, ainda segundo Estêvão, com uma diferença: as transferências provenientes da metrópole foram substituídas pela Ajuda pública ao desenvolvimento¹⁶.

Tendo em conta este cenário, um dos maiores, senão o maior, desafio que os governantes cabo-verdianos enfrentam, então, no momento, é o de conseguir quebrar o círculo vicioso da dependência externa, explorando cada vez mais e melhor as suas vantagens comparativas e competitivas (para tomar de empréstimo termos do foro económico), e encaminharem o país para um desenvolvimento sustentado.

É amplamente reconhecido que tanto durante o período de governação unipartidária como após a abertura de Cabo Verde ao pluripartidarismo, os governantes cabo-verdianos geriram com razoável sucesso os poucos recursos de que dispunham, fossem os mesmos internos ou provenientes do exterior. O observador atento e interessado no caso de Cabo Verde não pode deixar de notar, no entanto, ainda que eventualmente em contradição com alguns dos

¹⁴ Monteiro, Fátima, "Cabo Verde, a Europa e o Legado de Amílcar Cabral," in *O Mundo em Português*, Revista de Assuntos Internacionais, nº 45/47, Ano IV, Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, Junho/Agosto, Lisboa, 2003.

¹⁵ Ver texto neste volume.

¹⁶ Idem.

indicadores económicos mais positivos apresentados periodicamente, que ao longo dos últimos anos se tem verificado uma degradação gradual das condições de vida dos cabo-verdianos residentes no país, em particular das camadas mais pobres da população. A isso não será alheio o facto de não se ter conseguido fazer ainda em Cabo Verde a transição de uma economia dependente para uma economia sustentada, implementando-se políticas que permitam corrigir algumas das mais graves deficiências estruturais com que se defronta o país, como a falta de água e a falta de recursos humanos adequadamente qualificados.

Não sendo economista, permitir-me-ia no entanto destacar aqui alguns dos recursos e sectores de actividade económica que me parecem poder vir a constituir de facto vantagens comparativas e competitivas de Cabo Verde¹⁷, num contexto em que tenham sido ultrapassadas as deficiências estruturais acima referidas. São, a meu ver, essas vantagens: o turismo, os recursos humanos e os recursos externos. Isso não implica que não se reconheça a importância de investimentos orientados para o desenvolvimento de sectores tão vitais como a agricultura ou as indústrias transformadoras.

No que toca ao turismo, constitui sem dúvida um sector de importância estratégica para Cabo Verde, considerando-se a localização geográfica e as condições naturais do arquipélago. No entanto, para que os dividendos provenientes do desenvolvimento do sector tenham um impacto económico significativo e, em consequência, repercussões positivas claramente visíveis nas condições de vida duma franja larga da população cabo-verdiana, nomeadamente através da criação de emprego, é necessário que se crie em Cabo Verde uma capacidade de oferta de turismo de grande escala, mesmo que em moldes diferentes dos que foram adoptados para, por exemplo, os casos da Madeira e das Canárias.

Como é evidente, a opção pelo turismo de grande dimensão é uma opção com implicações não só de ordem económica, mas também de ordem política, a qual parece-me ter sido até então obviada pelos consecutivos governos de Cabo Verde, devido, particularmente, ao receio de que investimentos de capital estrangeiro em montantes extremamente elevados possam afectar a soberania e segurança do país. Dum ponto de vista estritamente económico, a prática do turismo de grande dimensão é por seu lado inteiramente incompatível com a ausência de infra-estruturas de saneamento básico e a produção e distribuição de alimentos, água e electricidade em quantidade e qualidade adequadas, e, ainda, mas de não menor importância, com a falta de recursos humanos com qualificação equiparada aos níveis internacionais.

Assim, a valorização e exploração devida do turismo só poderá ter lugar caso os governantes de Cabo Verde se proponham incorrer os riscos associados ao investimento maciço de capital estrangeiro num país de tão pequena dimensão, e venham a adoptar medidas

¹⁷ As observações e propostas daqui por diante apresentadas no que toca aos sectores de desenvolvimento prioritário para Cabo Verde tomam como principal referência o documento de trabalho "Cabo Verde: Governação e Desenvolvimento," de Colm Foy e Jaime Lourenço, Centro de Desenvolvimento da OCDE, Junho de 2002, cuja versão actualizada é publicada na secção Dossier OCDE deste volume.

inovadoras no que respeita à qualificação de pessoal e produção de água (apoiando-se, por exemplo, nas potencialidades naturais em termos de energias renováveis).

No que refere a recursos humanos e sua qualificação, apesar de Cabo Verde possuir uma mão-de-obra que se pode considerar razoavelmente qualificada, quando comparada com a média africana, o número de quadros médios e superiores, em particular quadros superiores com formação avançada (mestres e doutores), é extremamente insuficiente para poder sustentar um desenvolvimento acelerado do país. É sobejamente conhecido o papel da capacitação científica e tecnológica no avanço económico e cultural em geral das sociedades, assim como é reconhecido que essa capacitação só é factível através da formação avançada de uma franja percentual importante da população. Tomando-se Portugal como exemplo, tem sido argumentado não poucas vezes nos últimos anos que uma das razões por que a economia portuguesa tem mostrado dificuldade em dar o salto para a convergência europeia se deve muito em especial ao défice de formação avançada da sua população activa (60 por cento dos doutorados da média na UE).

No que toca à educação em geral, é sabido que uma das preocupações comuns aos diferentes governos de Cabo Verde tem sido a de superar o profundo atraso verificado à data da independência, através de, por um lado, a implementação de programas de alfabetização de adultos e obrigatoriedade do ensino básico (6 anos), e de, por outro lado, a expansão do ensino secundário e superior não avançado. Acontece, no entanto, que não só os diferentes níveis de ensino, em particular o básico e secundário, continuam a sofrer de deficiências múltiplas relacionadas com a deficiente qualificação de docentes e escassez de recursos financeiros, como tem faltado até agora uma estratégia de desenvolvimento de capital humano com formação superior. Nesse sentido, a criação de uma universidade pública em Cabo Verde que enfatize seriamente a criação de conhecimento e sua articulação com o sector produtivo e de serviços é indispensável.

Como é óbvio, o sucesso das futuras opções estratégicas de Cabo Verde dependerá inteiramente da habilidade dos seus governantes para conseguirem gerar recursos financeiros para a sua realização. Sabendo-se impossível e indesejada a arrecadação desses recursos pela via da ajuda internacional ao desenvolvimento, restará aos governantes de Cabo Verde encontrar fórmulas que viabilizem o investimento público e privado nacional e internacional, e incentivem o investimento privado internacional de grande alcance, sem prejuízo da soberania e, em particular, da segurança. No primeiro caso, parece-me dever ser reconhecido um papel fundamental à diáspora cabo-verdiana, seja como interlocutora junto do empresariado nos países de residência, seja como investidora ela própria.

Tendo em conta os factores acima assinalados, seria então importante que Cabo Verde conseguisse reformular e redimensionar a curto prazo o seu relacionamento externo, buscando novas ancoragens e parcerias que lhe permitam inserir-se num quadro institucional e estatutário de cooperação e apoios estruturais menos fragmentado e concorrencial do que

até agora. Até porque, nas palavras de Olavo Correia, «a tendência é de redução da ajuda pública, sobretudo com a possível graduação de Cabo Verde para “país em desenvolvimento” e de maiores dificuldades de acesso ao guichet concessional» e «a ajuda pública comporta ineficiências importantes.»¹⁸.

É minha convicção pessoal, como de outros, que a ordem dos investimentos necessários para permitir a Cabo Verde ultrapassar o círculo vicioso da dependência externa, corrigindo ao mesmo tempo as graves deficiências estruturais que o caracterizam como país saheliano, sem que se verifiquem repercussões extremas no que toca a soberania e segurança, só é realisticamente atingível num quadro de integração regional economicamente desenvolvido. Dadas as vulnerabilidades profundas que caracterizam a CEDEAO, as quais não se vislumbra que a curto ou médio prazo possam ser ultrapassadas, e considerando o afastamento geográfico de Cabo Verde em relação ao continente norte-americano, nomeadamente em relação aos Estados Unidos da América, a opção estratégica natural no que concerne a uma integração regional e nova ancoragem para Cabo Verde no início deste século encontra-se sem dúvida na União Europeia.

A candidatura de um dado país a membro de um organismo internacional pressupõe, como é evidente, a capacidade de o candidato poder responder à seguinte questão fundamental: quais as contrapartidas para o organismo integrador, em geral, não falando das contrapartidas que se possam oferecer aos seus constituintes, individualmente. Julgo que cabe principalmente ao país candidato o ónus de identificar com clareza tanto os benefícios para si próprio, como para o organismo integrador. No caso de Cabo Verde face à União Europeia, qualquer ponto de partida negocial, para que conduza ao sucesso, deverá manter a questão presente e procurar respondê-la de forma tão rigorosa e realista quanto possível.

Não é difícil depreender-se que os principais benefícios para Cabo Verde serão de ordem económica, sendo que a capacidade de Cabo Verde aceder a fundos estruturais da União Europeia, em montantes que se avizinhassem em algumas áreas, por exemplo, dos concedidos aos restantes arquipélagos da Macaronésia, lhe permitiria o desenvolvimento infraestrutural nos moldes e dimensão indispensáveis para um desenvolvimento acelerado e sustentado. Além disso, Cabo Verde passaria a beneficiar ainda, certamente, do aumento substancial do investimento directo estrangeiro, quer proveniente dos países membros da UE, quer de outros países, nomeadamente dos Estados Unidos e do Brasil.

Em suma, uma inserção mais vantajosa de Cabo Verde no mundo passa em grande medida pelo grau de ambição e coragem política dos seus governantes, já que dois factores decisivos para essa inserção mais vantajosa, a versatilidade e maturidade cultural e política dos cabo-verdianos, por um lado, e a posição estratégica das ilhas, por outro, continuam a servir de garantia.

¹⁸ Correia, Olavo, (Governador do Banco de Cabo Verde) “Cabo Verde no Contexto das Relações com a União Europeia: Ponto da Situação e Perspectivas” Praia, 2002.

Obras consultadas

Albuquerque, Luís, e Santos, Maria Emília Madeira (coord.) (1995, 2001), *História Geral de Cabo Verde*, vols. I, II, Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Praia: Instituto Nacional de Investigação Cultural.

Almada, David Hopffer (1992), *Caboverdianidade e Tropicalismo*, Segundas Jornadas de Tropicologia, Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massanga.

Cabral, Amílcar (1976, 1977), *Unidade e Luta*, volumes I e II, Lisboa: Seara Nova.

Carreira, António (1977) , *Migrações nas Ilhas de Cabo Verde*, Lisboa: Universidade Nova.

Correia, Olavo (2002), *Cabo Verde no Contexto das Relações com a União Europeia*, Praia: BCV.

Correia e Silva, António Leão (1995, 2001), capítulos da autoria de, in Albuquerque, Luís, e Santos, Maria Emília Madeira (coord.), *História Geral de Cabo Verde*, vols. I, II, Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Praia: Instituto Nacional de Investigação Cultural.

Ferreira, Manuel (1973) *A Aventura Crioula*, Lisboa: Plátano Editora.

Foy, Colm e Lourenço, Jaime (2002), *Cabo Verde: Governação e Desenvolvimento*, Documento de Trabalho, Centro de Desenvolvimento da OCDE, 17 de Junho.

Guimarães, José António Nobre Marques (2002), *A Difusão do Nativismo em África: Cabo Verde e Angola, Séculos XIX e XX*, tese de mestrado em História, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Lopes, Baltazar (1973), «Prefácio» in Ferreira, Manuel, *A Aventura Crioula*, Lisboa: Plátano Editora.

Mariano, Gabriel (1991), *Cultura Caboverdeana*, ensaios, Lisboa: Vega,.

Peixeira, Luís Manuel de Sousa (2001), *Da mestiçagem à Cabo-Verdianidade: Registos de uma Sóciocultura* tese de mestrado em História, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.